

CAMPONESES DO PARAOPESA: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS 1

Lucia Helena de Oliveira Gerardo 2

Miguel Cezar Sanchez 3

Marcos Roberto Moreira Ribeiro 4

Paulo Rogério Junqueira Alvim 5

Maria Ap. Dos Santos Tubaldini 6

Maria Elizabeth Taitson Bueno 7

Introdução

A discussão da questão agrária Brasileira radica na questão da distribuição da posse e uso da terra que, pelo seu desequilíbrio, resulta em desigualdades sociais e econômicas crescentes com a expansão do capitalismo no campo brasileiro.

A posição grande –pequeno capitalista- não (pré) capitalista tem dado oportunidade a estudos que focalizar um dos lados, com ênfase especial nos grandes empreendimentos capitalizados.

Estudos de campesinato, pequena produção, produção familiar ou qualquer que seja o nome que se dê ao segmento do setor agrícola composto de produtores de subsistência com pequeno excedente comercializável, tem sido feitos como forma de registrar um “fenômeno em extinção”, na linha de interpretação marxista ortodoxa, ou mostrar sua funcionalidade ao grande capital como explicação para sua permanência.

Não é comum, pelo menos na bibliografia geográfica, a tentativa de entender a estrutura e funcionamento das unidades de produção familiar, segundo categorias de análise que privilegiam sua racionalidade interna e explicam sua permanência e desenvolvimento sob, no caso, o modo de produção capitalista.

Este trabalho pretende desvendar a racionalidade de um grupo de produtores familiares localizados espacialmente em três municípios do Estado de Minas Gerais (Rio Manso, Crucilândia e Bomfim) na tentativa de indicar as estratégias de funcionamento de sua economia e sociedade que explicam sua permanência num espaço, cada vez mais valorizado pelo grande capital.

Tomando por base a orientação metodológica emanada dos trabalhos de CHAYANOV (1974), TEPICHT (1973), SHANIN (1980), CHONCHOL (1987) e WANDERLEY (1985), procurou-se operacionalizar o conceito de camponês (ou produtor familiar) pensando-se que a operacionalização do conceito estabelece limites analíticos e baliza, restringindo, o universo a ser pesquisado, ao mesmo tempo em que permite o reconhecimento dos sujeitos de interesse do trabalho a través dos critérios de pertinência que estabelece.

Assim, apara afeitos deste trabalho, admitiu-se partir dos seguintes entendimentos.

1.- que camponês é o trabalhador rural que pertence a um grupo social-económico que se caracteriza por ser uma empresa de carácter familiar, parcialmente mercantil, que representa a unidade essencial de produção e de consumo.

2. - que a empresa familiar camponesa é uma unidade económica cuja renda é resultado do trabalho conjunto dos membros da família, no próprio estabelecimento ou fora dele, nas atividades agrícolas ou em outras atividades (como o artesanato ou o trabalho sazonal) sendo, porém, as atividades de cultivo e criação sua principal fonte de recursos.

3. - que, ao mesmo tempo, a empresa familiar camponesa é uma unidade de consumo cujas necessidades são avaliadas no interior desta unidade; segundo critérios subjetivos, em função das quais (necessidades) é organizada a produção e a divisão do trabalho.

4. - que, dado ao fato de que na economia camponesa inexistente salário, a dimensão do valor do trabalho é dada pela satisfação das necessidades familiares que passa pela autoexploração a que se submetem seus membros.

5. - que, dado que na economia camponesa inexistente o objetivo explícito de lucro, inexistente ou é mínima a possibilidade de Acumulação.

Para avaliar os casos em estudo procurou-se levantar em cada um os seguintes aspectos:

- dimensão física do estabelecimento ou imóvel
- dimensão económica e relação ente produção, consumo, auto-consumo e venda.
- importância relativa do trabalho familiar e capacidade de absorção de mão-de-obra da família no interior da propriedade.
- tipos e sistemas de cultivos, produtos principais e manejo.
- consciência camponesa ou nível de auto percepção do indivíduo como camponês.

As informações de carácter geral, na escala municipal, foram obtidas em fontes secundárias representadas por censos agropecuários e demográficos e tabulações especiais do censo agropecuário e demográficos e tabulações especiais do censo agropecuário de 1985, bibliografia de carácter histórico e físico-geográfico, cartas topográficas, fotografias aéreas e imagens de satélite.

Além destas, realizou-se trabalho de campo nos três municípios na intenção de coletar informações junto aos produtores rurais, selecionadas numa amostra não probabilística que privilegiou propriedades menores que cinquenta hectares nas quais foram identificadas as características já mencionadas.

Foram realizadas cerca de 300 entrevistas. A aferição dos resultados aferição dos resultados destas entrevistas demonstrou a inconsistência dos dados de algumas delas, tendo sido aproveitadas, para fins deste trabalho, 225, cuja distribuição espacial de seu de forma regular pelos três municípios.

Estas entrevistas cobrem cerca de 8 por cento do conjunto de propriedades com menos de cinquenta hectares e cerca de 7.5 por cento do total dos imóveis rurais dos três municípios e foram realizadas basicamente em três sessões de campo, nos meses de julho e outubro de 1987 e janeiro de 1988.

1.- A região deprimida do Alto Paraopeba: caracterização geral

A Chamada “região deprimida” do Alto Paraopeba identifica treze municípios que se localizam na periferia ocidental e sul-ocidental do Quadrilátero Ferreiro, na porção central do Estado de Minas Gerais.

Dentro desta região, foram selecionados os municípios de Bonfim, Crucilândia e Rio Manso que apresentam identidade do ponto de vista da atividade agropecuária que os individualiza no contexto regional como uma área de estagnação e atraso com características de estrutura fundiária extremamente compartimentada, produção agropecuária incipiente, não tecnificada e basicamente voltada para a subsistência e condições sócio-culturais muito arraigadas a um modo de vida tradicional.

Desde metade do século XVII a área dos atuais municípios de Bonfim, Rio Manso e Crucilândia se caracterizava como área de passagem dos primeiros bandeirantes que adentravam o sertão mineiro para o apresamento de indígenas e busca de pedras preciosas.

A descoberta de ouro no vale do Rio das Velhas e posteriormente na região de Ouro Preto fez incrementar a entrada de novos povoadores influenciando decisivamente no povoamento e ocupação do Alto Paraopeba. Porém, estas explorações auríferas foram efêmeras e, tão rapidamente quanto rapidamente quando induziram a ocupação do espaço propiciaram o esvaziamento da área com o deslocamento da população para os garimpos mais promissores do quadrilátero ferreiro.

À medida que as lavras do Paraopeba escasseavam e aumentava a produção de ouro na região de ouro na região de Ouro Preto, o redirecionamento do fluxo migratório e de comércio se fez em direção ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a trilha para São Paulo viu diminuir o tráfego das tropas e dos ocupantes primitivos. As fazendas do vale e os “currais” tiveram sua importância diminuída restando-lhes apenas o papel de provedoras de alimentos à área mineradora.

No início do século XX, por volta dos anos vinte ou trinta, o Vale e em participar o município de Bonfim, retomou o desenvolvimento com, a cegada do ramal ferroviário da Central do Brasil bem com a construção da ligação rodoviária entre Belo Horizonte e São Paulo.

Na metade da década de 1950, com a construção da rodovia Fernão Dias (BR 381), redirecionava-se o fluxo de transportes regionais, ficando a área do Alto Paraopeba à margem da via de circulação principal.

A área já estigmatizada retorna a uma situação de desestímulo que, concretizando-se em nova crise econômica, depressiona produção agrícola, estagna o crescimento populacional e favorece a migração rural-urbana em direção à capital e aos centros médios mais desenvolvimos da área.

Analisados os dados dos Censos das últimas três décadas, verifica-se uma diminuição do contingente populacional rural desproporcional ao crescimento muito pequeno dos centros urbanos dos três municípios o que significa migração para fora da região. Na dinâmica migratória é pouco expressivo o direcionamento rural-urbano intra municipal o que expressa a fragilidade da economia urbana local como catalisadora do êxodo rural. As cidades tem apenas função de residência para grande parte dos proprietários rurais e dos trabalhadores diaristas o que faz destes municípios zonas de pressão populacional com densidades médias decrescentes (21.48 habitantes por quilômetro quadrado em 1960 para 15.73 em 1980).

A concentração de habitantes no meio rural é de percentuais da ordem de 67.7-62.92 e 82.56 respectivamente para Bonfim, Crucilândia e Rio Manso. Esta distribuição populacional reflete-se também na força de trabalho que se concentra primordialmente no setor agrícola. Em 1980, do total de 10 931 habitantes dos três municípios, 55.49 por cento estavam ocupados em atividades agrícolas, dos quais 13.8 por cento eram menores de 14 anos e 3.27 por cento do sexo feminino, quase todos concentrados em estabelecimentos explorados pelo responsável e membros da família o que demonstra la importância do trabalho familiar nesta área.

Como se pode esperar, o nível de instrução formal dessas populações é muito baixo o que se reflete no manejo agrícola dificultando, por uma barreira de ordem cultural (além de outras), à difusão e adoção de inovações.

As condições de vida material destas populações é restrita ao mínimo indispensável, porém a maior parte possui casa em alvenaria com média de cinco cômodos, alojadas nos fundos dos vales, num tipo de povoamento dispersa-secundário em que as moradias distam em média dois quilômetros umas das outras dada a pequena extensão das propriedades.

A atividade agrícola é a principal atividade econômica da área concorrendo com mais de 70 por cento da renda dos municípios envolvidos.

No que se refere às categorias de utilização de terra, constata-se que a maior proporção do espaço se organiza em função das pastagens que perfazem em todos os municípios sempre mais de 70 por cento das terras agrícolas. Esta predominância pode ser explicada pelo processo histórico de formação do território aliado às restrições impostas por um meio natural marcado por uma paisagem de relevos fortemente inclinados (em média superiores a 30 por cento) resultantes da dissecação fluvial em clima úmido de rochas pré-cambrianas, com altimetria média superior a 1 000 metros.

Sobre essas características do meio natural, a quase inexistência de investimentos resultou na implementação de uma pecuária extensiva com

aproveitamento da vegetação de cerrados e campos naturais que crescem no solos pobres, ácidos e pouco profundos que predominam na área. A densidade média de ocupação das pastagens é de 1.04 cabeças por hectare que, embora maior que a média estadual, é extremamente baixa se considerar a especialização leiteira da área.

As várzeas, com solos melhores, com maiores teores de matéria orgânica, são aproveitadas para o cultivo de lavouras temporárias que garantem a subsistência e o pequeno excedente comercializável da economia rústica carente de capitais para investimento na melhoria dos tratamentos culturais. O milho, o reflexão, o cará, a batata doce, o inhame e a mandioca são os principais produtos desta agricultura.

Assim, esta atividade marcadamente extensiva é grandemente dependente das condições naturais das quais se destaca o clima que, num certo sentido, determina o calendário agrícola da área em função da sucessão de duas estações típicas –verão chuvoso e inverno seco, com possibilidade de ocorrência de geadas.

A atividade agropecuária, assim colocada, se desenvolve sobre um espaço agrário que ocupava em 1980 pouco mais de 50 por cento das superfícies municipais. Esta discrepância entre a área recenseada dos estabelecimentos e as superfícies municipais totais se deve, principalmente, ao elevado número de estabelecimentos não legitimados em decorrência de pendências judiciais em processos sucessórios. Outro motivo é a existência de terras públicas resultantes da desapropriação de inúmeros imóveis em Bonfim e Rio Manso para a construção do reservatório Rio Manso para abastecimento de água à capital mineira e aos municípios a jusante, que virá inundar mais de 16 000 hectares nos referidos municípios. Um terceiro motivo pode ser apontado como sendo o fato de que as propriedades mais antigas e tradicionais da área geralmente tem escrituras que contabilizam áreas inferiores às realmente ocupadas.

A estrutura fundiária destes municípios tem se compartimentado ao longo do tempo, resultando numa situação em que prevalece o minifúndio. Graças a esse fato, a concentração fundiária é pouco quando comparada com os dados nacionais. O índice de Gini nos três municípios é menor que 0.50 demonstrando uma tendência estável entre 1970 e 1980.

Embora nem, sempre com escritura definitiva de posse e domínio, mais de 80 por cento dos estabelecimentos dos três municípios são propriedade dos produtores que os valorizam diretamente. O arrendamento aparece com pequena importância na área geralmente ligado à complementação de áreas pastagem ou à horticultura, principalmente em Bonfim.

Condições naturais restritivas, escassez de capitais, estigma pejorativo e estrutura fundiária ultra parcelada podem então ser considerados os pontos chave no entendimento da estrutura sócio-econômica da área em estudo.

2.- A produção agropecuária no Vale do Paraopeba

Considerando o tipo de organização da propriedade camponesa, segundo as propostas teóricas adotadas, procura-se, nesta parte, tratar da questão da produção agrícola nos três mecanismos que fundamentam o trabalho familiar.

Uma das questões que se coloca para o produtor familiar é aquela relacionada ao acesso à terra, de fundamental importância num país capitalista. No Alto Paraopeba, este acesso se faz por compra ou herança, predominando esta última forma.

O processo de acesso à terra por herança é, em grande parte, responsável pelo acelerado processo de minifundização que ocorre na área. A aquisição de propriedades por compra é mais significativa nos estratos de maior tamanho e pode ser interpretada como uma das formas de inserção de capitais externos na área.

Pode-se constatar na pesquisa direta que proprietários de porções pequenas de espaço, mesmo considerado as restrições das condições econômicas, chegam a adquirir novos lotes de terra se torna, força de trabalho. Além de otimizar a utilização da mão-de-obra disponível, tem como ponto favorável o equilíbrio na relação “braços e bocas” que permite a geração de economias que podem ser aplicadas na compra de terras. Este fato é relativamente comum nas áreas de várzeas onde predomina o cultivo de alho, batata doce e outros produtos comerciais, nas quais é mais alta a taxa de ocupação da terra com cultivos e mais freqüente a rotação de cultivos.

A organização do espaço agrícola nas propriedades amostradas está relacionada às condições culturais de seus habitantes. Dentre estas, destaca-se o comportamento temeroso e desconfiado quanto à introdução de elevações, cuja adoção depende grandemente do “afeito demonstração” resultante de seu emprego por um visom. A relutância resultante de seu emprego por um visom. A relutância na adoção de novos produtos ou novas formas de manejo é tão grande que o mesmo indivíduo, trabalhando para si e para um patrão, adota em cada situação um procedimento diferente.

A pesar da relativa precariedade com que os rebanhos são criados e manejados, é preciso ressaltar a importância que representam para as famílias camponesas como capital (o primeiro de que se desfazem em momentos de crise) e como fonte de renda, já que a pequena produção de leite obtida é vendida às Cooperativas da região e algum gado de corte abastece os açougues das sedas dos municípios.

Os espaços utilizados com cultivos dividem-se entre as finalidades de subsistência familiar (auto consumo) e mercadorias (como o alho, a batata doce, o cará e o inhame) que são levados ao mercado através de intermediários. As propriedades de menor tamanho são aquelas onde estes cultivos anuais aparecem com maior destaque relativo, já que a escassez de terra em abundância de mão-de-obra indicam a intensificação do uso tanto no sentido de prover o sustento da família quanto no da absorção da força de trabalho disponível.

O aumento do tamanho da propriedade é acompanhado de perto pela perda da importância relativa dos cultivos em favor das áreas de astagens e da pecuária. Este fato se revela nas taxas de ocupação do espaço agricultável que permitem constatar que as menores propriedades tem os maiores índices de ocupação do espaço face à necessidade de utilização máxima do pouco espaço disponível. Dever ser sembrado também, que os baixos níveis de ocupação, além da eficiência de capitais para investimento, tem a ver com as restrições impostas pelo relevo fortemente inclinado.

A escolha dos cultivos a serem plantados tem uma ligação importante com o tamanho da família e com o tamanho da terra tendem a se dedicar a cultivos altamente exigentes em mão-de-obra, porém de ciclo curto, de molde a aproveitar ao máximo o pouco espaço de que dispõem e utilizar ao máximo a disponibilidade de trabalho familiar.

Sendo produto básico tanto para alimentação da família quanto para apoio à pecuária, o milho é a lavoura mais importante na área. São considerados cultivos de subsistência o arroz, o Feijó e a mandioca, consumidos quase totalmente na própria propriedade. A batata doce, o cara e o lio destinam-se quase exclusivamente ao mercado e são aqueles que recebem maiores cuidados do produtor, sendo cultivados em sistema de rotação, com alguma tecnologia, como é o caso da irrigação.

A cana desempenha tripla função na economia camponesa. Ao mesmo tempo em que serve de complemento alimentar para o gado, abastece a família de melado, rapadura e aguardente e é comercializada tanto "in natura" com os pequenos alambiques quanto sob a forma de subprodutos gerando renda monetária para o produtor familiar.

Dado os tipos de produtos eleitos pela economia camponesa da área, o sistema de cultivo é bastante tradicional no geral.

Os produtos comerciais, adotados por contagio a partir do efeitos demonstração exercido pelo sucesso de alguns, são alvo de alguma atenção quanto aos tratamentos culturais, propiciada pela oportunidade de geração de capital excedente em períodos de maior produtividade ou de preços favoráveis. Estas atenções poder ser resumidas em irrigação, adubação mais constante, rotação de cultivos e correção do solo com colagem.

Os níveis de produtividade, nas condições de manejo adotadas, são muito baixos a variáveis tanto entre produtos quanto entre estratos de área. Os cultivos de subsistência são mais produtivos no estrato de 10 a 20 ha. Em quanto os produtos comerciais produzem mais estratos de maior tamanho. A batata doce foge à regra tendo produtividades semelhantes nos quatro estratos.

A composição da mão-de-obra no Alto Paraopeba é formada predominante pela família podendo, eventualmente, contar com assalariados temporários e permanentes.

Verifica-se aí a predominância maciça dos homens maiores de 14 anos, principalmente nos estratos de maior tamanhos. É interessante notar que as menores propriedades existe um maior equilíbrio de participação dos membros de família, utilizando-se toda a força de trabalho disponível, inclusive das crianças. Tal fato se explica pela alta taxa de ocupação dos espaços por cultivos anuais demandam grande contingente de mão-de-obra, como é o caso do alho, do Feijão e do arroz, que requer no mínimo duas capinas por safra, ou da batata doce ou do cara que necessitam de muita em lata intensidade de mão-de-obra quando da colheita e embalagem. Isto resulta em alta intensidade de tanto por hectare de propriedade quanto por hectare de lavoura anual.

A participação da mão-de-obra feminina é relativamente importante na área e é representada pelas mulheres a filhas maiores dos proprietários. A baixa participação de meninas maiores de 14 anos no trabalho do campo se deve ao fato de que estas ficam em casa substituindo a mãe e as irmãs mais velhas no trabalho doméstico e no cuidado dos irmãos mais novos.

Além do trabalho na lavoura, a maior parte das mulheres dedeica-se ao artesanato de tear, tradicional na região, como uma opção de complementação da renda familiar. As cobertas de algodão tecidas por elas são vendidas na própria propriedade a compradores eventuais ou a intermediários que as revendem às compradores eventuais ou a intermediários que as revendem às margem da rodovia Fernão Dias com altos lucros. Alguns pequenos proprietários percebendo a possibilidade desse lucro, passaram a vender eles mesmos a produção de sua família na rodovia, tendo alguma mesmo abandonada atividade agropecuária como fonte de renda.

Outra fonte de renda importante é fabrico de rapadura e aguardente. De um lado. Gera renda para o dono do engenho ou alambique que fabrica o comercializa parte da produção, de outro, gera renda para o pequeno produtor que vende a cana aos engenhos ou troca cana por rapadura para o consumo familiar.

A alta disponibilidade de mão-de-obra, principalmente nas menores propriedades viabiliza o florescimento de um assalariamento temporário pouco significativo, representado pelo trabalho de proprietários de glebas exíguas e seus familiares em propriedades maiores onde participam do plantio de cultivos anuais e limpeza dos pastos.

A exigüidade da terra faz com que, mesmo com todas estas estratégias, seja problemática a manutenção de optados os membros da família na propriedade. A partir dos 14 anos, muitos jovens do sexo masculino migram para grande Belo Horizonte de onde continuam a contribuir para com a renda familiar enviando mentalmente algum dinheiro.

Provavelmente seja este o principio do processo de descamponeização do Alto Paraopeba.

Consideração Finais

A produção familiar do Alto Paraopeba conserva características de tradicionalismo que decorrem principalmente do relativo isolamento em que se encontra a área, tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista social.

A ausência de atrativos econômicos que justificassem, até hoje, em maior investimento de capital, já que o retorno, nesta área é duvidoso, mantê-la à margem da economia regional.

Assim, a entrada de “forasteiros” com modos diferenciados de manejo da agropecuária a “autoridade” que apresentam pelo fato de terem um padrão cultural superior e origem urbana, o afeito demonstram positivo que seu sucesso representa, tem introduzido inovações que anos atrás alguma relutância são dotadas pelos locais.

A construção de uma destilaria de álcool no município de Crucilândia introduz não só a cana-de-açúcar como cultivo comercial, mas também movimentos de concentração de terras, quer pela dinâmica do comércio, quer pelo processo de arrendamentos que já começa a aparecer.

O projeto de retificação do traçado da Rodovia Fernão Dias, passando exatamente pelos vales da área atualmente ocupados pelos pequenos produtores, deveriam trazer substancial valorização do preço das terras pela melhoria de acessibilidades a Belo Horizonte.

Além desses projetos, deve-se destacar a proposta de construção de uma barragem no Rio Manso, para formação de um reservatório para abastecimento de água a Belo Horizonte, que inundará grande extensão de terras voltadas para a produção familiar.

Assim, pode-se prever para um futuro muito próximo grandes transformações na área, principalmente no sentido de desalojar os proprietários tradicionais, mas também no sentido de introduzir mudanças que tenderão a transformar o processo de produção, a cultura e a sociedade local.

Dado momento importante por que passa a área, quando o espaço passa a ser organizada pela lógica do grande capital, seria fundamental que o Estado, caso não esteja articulado aos interesses deste grande capital, interviesse na área viabilizando “saídas” para população local sob a forma de planos agrícolas que incentivem a produção de produtos intensivos em mão-de-obra, como é o caso dos hortifrutigranjeiros, tanto para o abastecimento da capital quanto para exportação.

A melhoria da pecuária com a introdução de gado de raças mais produtivas, além da informação e apoio para a melhoria do trato dos animais poderia transformar a área em bacia leiteira importante, aproveitando de maneira mais adequada o meio natural restritivo.

Em suma, novas e variadas perspectivas se apresentam para a região deprimida depende em grande parte do partido que será tomado pelo Estado na reorganização do espaço e da produção.

Bibliografía citada

CHAYANOV, A.V. -**La organización de la unidade económica campesina**, Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, J. -**Paysans a venir –les sociétés rurales du Tiers Monde**, Paris, La Decouverte, 1986.

SHANIN, T. - A definição de camponês, conceituações e desconceituações, **Trabalho e Dominação –Estudos CEBRAP**, 26: 43-80, Petrópolis, Vozes, 1980.

TEPICHT, J. -**Marxismo et agricultura. Le paysan Polonais**, Armand Colin, Paris, 1973.

WANDERLEY, M.N.B. -O camponês: um trabalhador para o capital. **Cuadernos de Difusão de Tecnología**, 2 (21): 13-78, Brasília, jan/abr, 1980.

Notas

- 1 Trabalho realizado com financiamento do CNPq
- 2 IBG –UNESP- Rio Claro. Caixa Postal 178 -13 500 Rio Claro/SP –Brasil. Telefone (0195) 34-0122- ramal 50. Pesquisadora do CNPq, coordenadora do projeto.
- 3 IBGE –UNESP- Rio Claro.
- 4 IG –UFMG- Belo Horizonte.

Abstract: Peasants of Paraopeba: Diagnosis and Alternatives

The peasantry and its spatial and socio-economic expression are the subject of this paper. Three municipalities of the state of Minas Gerais (Bonfim, Crucilândia and Rio Manso) were selected as study cases. The direct search, interviewing about 250 peasants was the source of information that were analysed according to the theoretical reference stated by Chayanov, Tepicht and Shanin. The authors concluded that the resistance of peasant people is a result of many factors, the most important of that is the peasant capability to internalize and transform the rules of capitalist system. Recent facts, reinforced by government policies, are going to re-organize the space and production and maybe given the opportunity to the disintegration and consequent transformation of the peasantry in the area.